



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 14/2020.

**TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO Nº 14/2020
(evento [0577014](#))**

PROCESSO ELETRÔNICO SEI N. [0000722-74.2020.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 26/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 14/2020, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM, CAPTAÇÃO DE IMAGENS E SONS, PRODUÇÃO, EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO DE VÍDEOS, SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TELÃO LED COM PROJEÇÃO DE IMAGENS E SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE IMAGENS COM SUA RESPECTIVA GRAVAÇÃO PARA ATENDER DEMANDA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E PROJETO ELEITOR EM PERSPECTIVA 2020.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 07.494.365/0001-69, com sede na Rodovia Anel Viário, nº 9301, Lote 5 - Bairro Anel Viário - CEP: 76.914.899, em Ji-Paraná/RO, Telefone (s): (69) 3421-6646/(69)98479-3963, E-mail(s): administrativo@hrdigital.com.br; publicacao@hrdigital.com.br, neste ato representada pela senhora **DANIELLE CRISTINA DA SILVA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 000914576/SESDEC-RO e CPF 874.283.262-49, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante no Despacho n. 791/2021-GABDG, de 25/06/2021 (evento [0708122](#)), e a Manifestação n. 6/2021-SECOMS, de 22/06/2021 (evento 0706678), celebram o presente Termo Aditivo,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mediante acordo entre as partes, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 14/2020 (evento [0577014](#)), referente ao Lote 1, por mais 50 (cinquenta) dias, a contar de 28/06/2021 até 16/08/2021.

DO VALOR

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor deste aditivo é de **R\$ 35.000,00** (trinta e cinco mil reais).

Subcláusula única – As despesas com a execução do presente termo aditivo correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia – PTRES 167832, Fonte de Recurso 0100000000 e Elemento de Despesa 339039, consoante Nota de Empenho n. 2021NE000254, de 28/06/2021.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 57, §1º, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, § 1º, II, da Lei nº 8.666/1993. e na Cláusula Quinta, I, Subcláusulas Primeira e Terceira, do Contrato n. 14/2020 (evento [0577014](#)).

DA RATIFICAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/1993)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 28 de junho de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	DANIELLE CRISTINA DA SILVA Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 28/06/2021, às 13:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE CRISTINA DA SILVA, Usuário Externo**, em 28/06/2021, às 15:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 28/06/2021, às 16:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 28/06/2021, às 16:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0708493** e o código CRC **E9921466**.

0000722-74.2020.6.22.8000

PROCESSO: 0000722-74.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SECOMS

ASSUNTO: Prorrogação do prazo vigência e de execução – Contrato nº 14/2020 – Serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e projeto Eleitor em Perspectiva 2020 - Minuta do 1º Termo Aditivo - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 73 / 2021 - PRES/DG/AJDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Comunicação Social – SECOMS ([0508313](#)), no qual após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 07.494.365/0001-69, para prestação de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e projeto Eleitor em Perspectiva 2020, com prazo de execução de 10 meses e de vigência de 12 meses, ambas contados a partir da assinatura do contrato em 27/08/2020, conforme Contrato nº 14/2021 ([0577014](#)).

02. Na Manifestação nº 5/2021 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0700402](#)), o chefe da SECOMS, unidade gestora do lote 1, expõe o interesse de prorrogação do contrato citado, somente em relação ao seu respectivo lote, por mais 12 meses de vigência e 10 de execução, com fulcro no art. 57, II da Lei nº 8.666/93. Este pedido foi justificado com desenvolvimento satisfatório dos serviços macro de comunicação pela contratada, enquadrados como essenciais

03. Remetidos os autos, por meio da Remessa nº 17/2021 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0700425](#)), para Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAFC), o titular desta unidade determinou a realização de programação orçamentária pela Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (COFC), a elaboração da minuta de apostilamento do contrato pela Seção de Contratos (SECONT), e análise pela unidade jurídica, com vistas à posterior manifestação, constante Despacho nº 892/2019 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0700502](#)).

04. Após a SECOMS informa à COFC a despesa referente ao exercício 2021 para o objeto da contratação (Solicitação nº 68/2021 – PRES/DG/SAOFC/COFC - [0701401](#) - e Informação nº 24/2021 – PRES/COPRESI/SECOMS - [0701408](#)), a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) registrou a Programação Orçamentária, conforme documento juntado ao evento 0701664.

05. Em seguida, ao analisar os autos, esta Assessoria verificou impropriedades na formatação do pedido de prorrogação citado e, por isso, diligenciou para que a unidade gestora adotasse as seguintes providências: **a) desistência da prorrogação contratual devido verificação da extinção do contrato** ou da ausência de interesse público; ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) **reformulação** da prorrogação pretendida para os moldes aplicáveis aos contratos de escopo, obedecendo os ditames legais do art. 57, § 1º da Lei 8.666/93, e instruindo o processo nesse sentido (conforme Solicitação de Diligência AJDG [0705592](#)).

06. Em obediência ao Despacho nº 980/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC (0705718), o chefe da SECOMS, mediante Manifestação nº 6/2021 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0706678](#)), arguiu-se a necessidade de prorrogação do prazo de execução da referida avença por mais 50 dias, haja vista que a pendência de conclusão de vídeo documentários da Coordenação de Segurança das Eleições (COSE) – 2020 em decorrência de atraso nas atividades da empresa advindas da indisponibilidade de coleta de depoimentos de partícipes, autoridades e da Presidência de nosso regional e da restrição de trabalhos presenciais devido a pandemia de COVID-19.

07. Os autos foram encaminhados à SAOFC ([0706706](#)) e, considerando que a diligência feita pela AJDG foi respondida, seu secretário determinou análise pela unidade jurídica do novo pedido de prorrogação dos prazos contratuais, consoante Despacho nº 1001/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0706744](#)).

08. Por fim, juntou-se aos autos a minuta do Primeiro Termo Aditivo (0707346). Assim instruídos, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise ([0707350](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

09. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO n. 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

10. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade na contratação do objeto, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

11. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

12. Conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme manifestação expressa da unidade gestora, as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa dos serviços remanescentes.

13. Por sua vez, além de pactuada expressamente na **Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 022/2018**, a pretensão encontra abrigo no **inciso II, § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93**, *in verbis*:

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **admitem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente atenuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis. (sem grifo no original)

14. Com relação ao prazo de execução, o § 1º do acima dispositivo traz a permissão para a sua dilação, basta apenas a comprovação da ocorrência de um dos motivos listados em seus incisos.

15. No caso em tela, o serviço não foi concluído conforme o planejado, pois, o cronograma de atividades da empresa foi prejudicado em razão da impossibilidade de coleta de depoimentos de partícipes, autoridades e da Presidências deste Tribunal. Somado a isso, está ocorrendo restrição de trabalhos presenciais causada pela pandemia de Covid-19,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ocasionando prejuízo as gravações e filmagens realizadas presencialmente com os porta-vozes e autoridades que participaram do trabalho da Segurança das eleições 2020. Tal fato, conseqüentemente, prejudicaram a execução do contrato ora em análise. Esta situação, portanto, enquadra-se na hipótese do inciso **II, § 1º do dispositivo mencionado**.

16. Sobre esse aspecto, é importante mencionar que o § 5º do art. 79 estabelece a devolução ao contratado do interim durante o qual não houve execução por força das situações descritas no § 1º do art. 57 da LLC. Evidenciando que o lapso temporal no qual a empresa não pode prestar seus serviços devem ser devolvidos para a conclusão do objeto contratado.

17. Ademais, estes óbices examinados estão razoavelmente justificados pelas informações prestadas pela unidade gestora quanto à necessidade de prorrogar a execução a partir do dia **28/06/2021 até 16/08/2021**, totalizando 50 dias corridos para cada prazo.

III – DA CONCLUSÃO

18. Pelo exposto, considerando, sobretudo, a manifestação da SECOMS (0706678), esta unidade jurídica **opina pela dilação do prazo de execução** do ajuste, em relação ao lote 1, por mais **50 (cinquenta) dias**, com fundamento no **artigo 57, § 1º, II da Lei nº 8.666/93 e Cláusula 5º, Subcláusula 1º e Subcláusula 3ª do Contrato Administrativo nº 14/2020**.

19. Ademais, a minuta do Primeiro Termo Aditivo juntada aos autos ([0707346](#)) encontra-se, sob o aspecto formal, em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, portanto, apto a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Desta forma, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os termos da minuta carreada ao processo pelo evento citado.

À consideração da unidade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 23/06/2021, às 17:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 23/06/2021, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0707387** e o código CRC **36AA1AA1**.

0000722-74.2020.6.22.8000

0707387v3

PROCESSO: 0000722-74.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Comunicação Social - SECOMS

ASSUNTO: Prorrogação contratual – Contrato n. 14/2020 - Contratada: HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. - Prestação de serviço de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e projeto Eleitor em Perspectiva 2020.

DESPACHO Nº 791 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ sob o nº 07.494.365/0001-69, para a prestação de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e projeto Eleitor em Perspectiva 2020, com prazo de execução de 10 meses e de vigência de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12 meses, ambos contados a partir da assinatura do contrato em 27/08/2020, conforme Contrato nº 14/2021 ([0577014](#)).

Mediante Manifestação nº 5/2021 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0700402](#)), a unidade gestora do Contrato nº 14/2021 expõe o interesse na prorrogação do contrato citado, somente em relação ao seu respectivo lote, por mais 12 meses de vigência e 10 de execução, com fulcro no art. 57, II da Lei nº 8.666/93. Justificou o pedido em razão do desenvolvimento satisfatório dos serviços macro de comunicação pela contratada, enquadrados como essenciais. Ao final, encaminha os autos à SAOFC, para os procedimentos necessários ([0700425](#)).

Por sua vez, o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou os autos, concomitantemente, à COFC, para programação orçamentária; à Seção de Contratos – SECONT, para elaboração de minuta de termo aditivo; e à Assessoria Jurídica desta Diretoria Geral – AJDG, para análise e emissão de parecer jurídico ([0700502](#)).

Por solicitação da COFC ([0701401](#)), a SECOMS informa a existência de saldo orçamentário para a realização da despesa, bem como a fonte no planejamento orçamentário (ADM APOIO, R\$ 35.000,00), consoante Informação n. 24/2021-SECOMS ([0701408](#)).

Assim, em cumprimento ao Despacho n. 892/2021 ([0700502](#)), a COFC, através do Despacho n. 588/2021 ([0701634](#)), informa que se trata de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício e com dotação suficientemente disponível para sua realização.

A Seção de Programação Orçamentária e Financeira - SPOF procedeu à programação orçamentária, para o presente exercício, informando a existência do pré-empenho no valor de R\$ 35.000,00 e que a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA), evento [0701664](#). Foi informado, também, que a proposta orçamentária de 2021 está registrada no processo SEI nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#).

A AJDG verificou impropriedades na formatação do pedido de prorrogação citado e, por isso, diligenciou para que a unidade gestora adotasse as seguintes providências: a) **desistência da prorrogação contratual devido verificação da extinção do contrato** ou da ausência de interesse público; ou b) **reformulação** da prorrogação pretendida para os moldes aplicáveis aos contratos de escopo, obedecendo os ditames legais do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

art. 57, § 1º da Lei 8.666/93, instruindo o processo nesse sentido, conforme Solicitação de Diligência AJDG ([0705592](#)). Por esse motivo, os autos foram devolvidos à Seção de Comunicação Social - SECOMS.

Em atendimento, a SECOMS apresentou a Manifestação nº 6/2021 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0706678](#)), alegando a necessidade de prorrogação do prazo de execução da referida avença por mais 50 dias, tendo em vista a pendência da conclusão de vídeo documentários da Coordenação de Segurança das Eleições (COSE) – 2020, em decorrência de atraso nas atividades da empresa, advindas da indisponibilidade de coleta de depoimentos de partícipes, autoridades e da Presidência desse regional e da restrição de trabalhos presenciais devido à pandemia.

A SECONT juntou aos autos a minuta do Termo Aditivo n. 01 ao Contrato n. 14/2020 (evento [0707346](#)), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0707350](#)).

Recebidos os autos, a AJDG exarou o Parecer Jurídico n. 73/2021 ([0707387](#)), no qual, considerando a Manifestação n. 6/2021 da SECOMS ([0706678](#)), concluiu pela possibilidade de prorrogação do prazo de execução do Contrato n. 14/2020, por mais 50 (cinquenta) dias, com fundamento no **artigo 57, § 1º, II da Lei nº 8.666/93 e Cláusula 5º, Subcláusula 1º e Subcláusula 3ª do Contrato Administrativo nº 14/2020**. Por fim, aprovou a minuta apresentada pela SECONT (evento [0707346](#)), por estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas, estando aptas, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela administração.

O Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, igualmente, manifestou-se pela possibilidade da prorrogação pretendida, pelo prazo de 50 (cinquenta) dias ([0707493](#)).

Vieram os autos para apreciação e deliberação.

Inicialmente, observa-se que há previsão de prorrogação na Cláusula Quinta, Subcláusula 1ª e Subcláusula 3ª do Contrato Administrativo nº 14/2020, *ipsis litteris*:

CLÁUSULA QUINTA - Este Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura no Sistema Eletrônico da Informação – SEI, compreendendo o período de execução e o prazo adicional necessário para finalização das medidas de fiscalização, pagamento e encerramento do contrato.

(...)

Subcláusula Primeira - Os prazos de execução e vigência poderão ser prorrogados mediante justificativa, e conforme necessidade da Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda - No prazo máximo acima estipulado está incluso o período necessário para a CONTRATADA adotar todas as providências necessárias e exigidas pelo CONTRATANTE para início dos serviços.

Subcláusula Terceira - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, desde que ocorra algum dos motivos, devidamente registrados em processo, previstos no § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

Além disso, a solicitação tem fundamento jurídico no **inciso II do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, in verbis:**

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **admitem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato; (sem grifos no original)

(...)

Conforme relatado pela unidade gestora na Manifestação nº 6/2021 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0706678](#)), a prorrogação do prazo de execução faz-se necessária, tendo em vista que o serviço não foi concluído conforme o planejado, pois, o cronograma de atividades da empresa foi prejudicado em razão da impossibilidade de coleta de depoimentos de partícipes, autoridades e da Presidências deste Tribunal. Somado a isso, ocorre restrição de trabalhos presenciais causada pela pandemia, ocasionando prejuízo às gravações e filmagens realizadas presencialmente com os porta-vozes e autoridades que participaram do trabalho da Segurança das eleições 2020. Tais fatos, conseqüentemente, prejudicaram a execução do contrato ora em análise. Esta situação, portanto, enquadra-se na hipótese do inciso **II do § 1º do dispositivo mencionado**.

Não obstante, sobre esse aspecto, é importante mencionar que o § 5º do art. 79 da Lei n. 8.666/93 estabelece a devolução ao contratado do íterim, durante o qual não houve execução por força das situações descritas no § 1º do art. 57 da mesma lei. Evidenciando que o lapso temporal no qual a empresa não pode prestar seus serviços, devem ser devolvidos para a conclusão do objeto contratado.

Nesse compasso, encontra-se justificado nos autos, pelos documentos citados, a necessidade de prorrogar o prazo de execução do Contrato nº 14/2020 ([0577014](#)), como bem anotado no parecer jurídico da AJDG ([0707387](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, diante da possibilidade de prorrogação prevista no inciso II do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, bem como da previsão constante da Cláusula Quinta, Subcláusula 1º e Subcláusula 3ª do Contrato Administrativo nº 14/2020 ([0577014](#)), esta Diretora-Geral, com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018/GP, **autoriza a prorrogação do prazo de execução do Contrato n. 14/2020** por mais 50 (cinquenta) dias, a contar de **28/6/2021 até 16/08/2021**, mantidos os demais termos e condições pactuados, devendo haver comprovação prévia da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, antes da assinatura do Termo Aditivo.

À SAOFC para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 25/06/2021, às 19:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0708122** e o código CRC **B837CA1E**.